

# A FALÁCIA DO DESENVOLVIMENTO E O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA COMO UMA ESTRATÉGIA DAS FORÇAS HEGEMÔNICAS NO BRASIL

*Graziano Leal Fonseca<sup>1</sup>*

## **Resumo**

Este trabalho procura fazer uma breve contextualização do surgimento da teoria do “desenvolvimento”, bem como apresentar seus conceitos norteadores e em seguida desenvolver uma crítica a este modelo, demonstrando que a teoria do desenvolvimento é uma falácia e em sua essência está engajada no processo de acumulação e produção capitalista. Procura ainda, demonstrar que mesmo com a decadência da teoria do desenvolvimento nos anos 70, a ideologia desenvolvimentista permanece hegemônica nos países periféricos. Neste sentido Na última, realiza uma análise sucinta das forças que estruturam o Estado burguês brasileiro finaliza com uma leitura da propaganda utilizada por estas forças no contexto da implantação de grandes projetos minerários e energéticos.

## **Abstract**

This work seeks to make a brief background of the emergence of the theory of "development", as well as present their guiding concepts and then develop a criticism of this model, demonstrating that the development theory is a fallacy and in its essence is engaged in the process of accumulation and capitalist production. It also seeks to demonstrate that even with the decadence of 70 years in development theory, developmental hegemonic ideology remains in peripheral countries. In this sense in ultimo, performs a short analysis of the forces that structure the bourgeois State and ends with a reading of propaganda used by these forces in the context of the implementation of mining projects and energy grids.

**Palavras Chave:** desenvolvimento, falácia, discurso, Brasil...

---

<sup>1</sup> Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

## **Introdução**

O presente artigo procura levar ao leitor uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelo sistema urbano-industrial hegemônico na atual conjuntura histórica e econômica mundial e que norteia os discursos políticos quando da implantação de grandes empreendimentos econômicos no Brasil.

O atual momento histórico da economia mundo tem favorecido no Brasil, o investimento na política de exportação de matérias primas e commodities “através de mercadorias como a soja, o café, a laranja, a celulose, a carne bovina e de frango, o minério de ferro, o aço, o alumínio e o petróleo” (PORTO e MILANEZ, 2009, p.1986), o que tem contribuído para o crescimento econômico do país nos últimos anos. Esta estratégia de desenvolvimento nacional tem sido engendrada em grande parte por uma coalizão de forças que tem como um dos seus pilares o investimento em grandes projetos no setor mineral e energético (petróleo, gás natural e hidrelétrico), controlados pelo Estado e empresas multinacionais. No entanto a implantação destes projetos apresentam aspectos controversos quanto aos seus meios e fins e o discurso sob o qual eles são implantados.

Desta forma, tal exercício reflexivo se inicia com uma contextualização do surgimento da teoria do “desenvolvimento”, procura apresentar seus conceitos norteadores e em seguida faz uma crítica a este modelo, demonstrando que a teoria do desenvolvimento é uma falácia e em sua essência está engajada no processo de acumulação e produção capitalista. Em seguida, demonstra que mesmo com a decadência da teoria do desenvolvimento nos anos 70, a ideologia desenvolvimentista permanece hegemônica nos países periféricos. Na última parte é realizada uma análise sucinta das forças que estruturam o Estado burguês brasileiro finalizando com uma leitura da propaganda utilizada por estas forças no contexto da implantação de grandes projetos minerários e energéticos.

## O desenvolvimento do conceito desenvolvimento

Para efeito de contextualização podemos datar o surgimento do termo desenvolvimento a partir do segundo pós-guerra. Alguns autores argumentam que a utilização do termo já havia sido conceituada antes deste período, mas é consenso geral entre estudiosos da temática que tal conceito se difundiu e é amplamente discutido a partir de meados da segunda metade década de 1940. As questões propostas pelo termo estão ligadas a discussões anteriores a este período, relacionadas a conceitos de riqueza, progresso e bem estar social (Rodrigues, 2009).

Após a segunda guerra mundial, os países do centro altamente industrializados, encabeçados pelos Estados Unidos, fazem frente na promoção e propagação de um modelo de desenvolvimento para os países periféricos. Nesse período “começa a entrar a noção de combate sistemático à situação de atraso econômico dos países que, até então, eram chamados de atrasados” (KUGELMAS, 2007, p.8). É Neste momento que se consolida a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Como informa Rodrigues (2009, p.130) “a partir dessa data, [o termo desenvolvimento] passa a ser aplicado às sociedades humanas, para classificar e discriminar povos, países, regiões”.

Neste sentido,

o conceito de “desenvolvimento” era tratado como sinônimo de “crescimento econômico” ou crescimento do produto *per capita*, por um lado, e como sinônimo de “progresso material” e “civilizatório”, por outro. Toda teorização daí decorrente visava apontar maneiras pelas quais seria possível promover o “avanço” tanto dos países do “primeiro mundo” (que deveriam continuar crescendo e eliminando seus “problemas sociais”) quanto do “terceiro mundo” (que deveria alcançar o primeiro). (BONENTE e CORRÊA, 2009, p.42).

O pensamento sobre desenvolvimento esteve em termos gerais, inicialmente voltado “para a promoção do progresso social e para a elevação dos níveis de vida dentro de um quadro de ampliação da liberdade, mas que logo a seguir se tornaram mais concretos com a referência explícita ao destino das regiões subdesenvolvidas e a adoção de políticas para promover a ruptura com essa condição” (KUGELMAS, 2007, p.8).

Segundo Vainer (1998) a noção de desenvolvimento talvez seja a maior produção ideológica do pós-guerra. Para este autor, “quando estamos falando de desenvolvimento, em 90% dos casos, estamos falando dos processos de acumulação capitalista e dos processos sociais, econômicos e políticos associados a isso”. E ainda, “a problemática do desenvolvimento é, num certo sentido, a problemática da realização da acumulação do capital na periferia do sistema” (VAINER, 1998, P.42).

Quando falamos do modelo de desenvolvimento em questão, estamos referindo a expansão e acumulação do capital nos países da periferia e as formas deste desenvolvimento capitalista, onde compreendia-se que na periferia a expansão do capitalismo teria uma evolução similar e com os mesmo efeitos que teve nos do centro (VAINER, 1998).

Nesta perspectiva o desenvolvimento era concebido como,

um processo unidimensional para todas as sociedades, (...) a direção deste desenvolvimento era óbvia. A regra era imitar o exemplo do modelo industrial e de consumo ocidental. (...) Desta teoria originou-se a implementação de políticas desenvolvimentistas, que pretendiam, com ajudas de desenvolvimento direcionadas, promover a mudança interna nos países do assim chamado “Terceiro Mundo”. Na prática, isto significou, não raras vezes, o apoio a grandes projetos de mineração e industrialização. (GAWORA, 2003, p.18)

A produção do modelo de desenvolvimento espalhado pelos países cêntricos entende que através do crescimento econômico, haverá o aumento das taxas de emprego do ganho salarial e do poder de compra, conseqüentemente uma elevação do bem-estar social. Desta forma a reprodução deste modelo nos países periféricos levaria a um processo gradual e homogêneo de bem estar dessa população. Assim, fundada na proposta de progresso e crescimento econômico, onde se entende que primeiro o bolo tem que crescer para depois ser dividido, nos anos 50 e 60 ganha força nos países “subdesenvolvidos” uma corrida desenvolvimentista apoiada e financiada por instituições nacionais e internacionais como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Nesse momento “a teoria de modernização pode valer como arsenal teórico junto aos institutos de crédito e de desenvolvimento responsáveis, que prontamente aprovavam créditos para grandes projetos...” (GAWORA, 2003, p.18). Desta forma, com crédito para implantação de grandes projetos nacionais, estes países adotam políticas econômicas de substituição de importações e industrialização.

Diante do contexto em tela, o Brasil ao longo das três décadas subseqüentes ao pós-guerra, embalado pela bandeira do progresso adota uma política econômica pautada na abertura para o capital estrangeiro e realização de mega projetos de industrialização, mineração, energia (fóssil e hidráulica) e de expansão das fronteiras agropecuárias. Política econômica que na atual conjuntura da economia mundial ganha força nos últimos anos e vem ampliando os estudos e avanços sob novas áreas para a exploração do setor mineral e energético do país.

### **Desenvolvimento, um modelo de reprodução do subdesenvolvimento**

Passado o período do “boom” desenvolvimentista, por uma série de motivos, entre os quais o fracasso do projeto de industrialização e do crescimento econômico em acabar com os graves problemas sociais característicos do subdesenvolvimento, demonstrando que as promessas da teoria desenvolvimentista não se realizaram, ocorre que, a partir do final dos anos de 1970 e na década de 1980 vivenciamos uma mudança política e ideológica muito forte. “Marcada seja pelo aparecimento de abordagens “pós-desenvolvimentista”, “pós-modernas”, que negam radicalmente a questão do desenvolvimento e o condenam como uma falácia destrutiva...” (KUGELMAS, 2007, p.10).

Observou-se que a proposta de desenvolvimento em curso a partir do período pós-guerra, pouco mudou quanto a melhoria da qualidade de vida da maioria das populações nos países subdesenvolvidos. Ao contrário, há um aumento da miséria, e um aprofundamento do fosso entre os países cêntricos desenvolvidos e os periféricos subdesenvolvidos e entre uma pequena minoria que compõe a elite dominante abastada destes últimos e a grande maioria da população que tinham que se contentar em subsistir nesse modelo de desenvolvimento econômico.

Na análise dos aspectos econômicos, políticos e sociais do modelo de desenvolvimento imposto pelos grupos hegemônicos capitalistas, Celso Furtado (1974) argumenta que nunca as massas dos países subdesenvolvidos iram usufruir do estilo de vida dos países desenvolvidos, até mesmo porque, caso isso aconteça o mundo entrará em colapso. Para o autor, o modelo de desenvolvimento econômico tal como se apresenta perpetua a manutenção das desigualdades.

O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* – a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (FURTADO, 1974, p.75)

A esse processo Gawora (2003, p.21) reitera que, “devido às fronteiras ecológicas globais é completamente impossível que o consumo de matéria-prima e energia de todo cidadão cosmopolitano atinja algum dia o nível médio de consumo de um cidadão norte-americano”.

Furtado (1974) entende que o desenvolvimento não passa de um mito, uma idéia para promover a ampliação do capitalismo de forma que povos aceitem se sacrificar em prol de um modelo capitalista industrial através de uma exploração incessante dos recursos naturais. “Como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender a necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependências que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?” (FURTADO, 1974, p.75).

Com o que se apresenta em tela Bonente e Corrêa (2009, p.47) concluem que,

ao cabo dessa análise, o que se tem é que o subdesenvolvimento se apresenta como um fenômeno necessário à reprodução do capital. Nesse sentido, como posto por André Gunder Frank (1969), o desenvolvimento capitalista é também o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. O desenvolvimento capitalista implica a reprodução da condição de dependência; implica a reprodução de pobreza, miséria, marginalização, etc., enfim, a reprodução do que se chamou “subdesenvolvimento”.

Tais definições na atual perspectiva da sociedade capitalista moderna estão totalmente imbricadas com as necessidades de se criarem condições para a reprodução ampliada do capital.

A guisa da apresentação, falar em desenvolvimento na perspectiva do modelo urbano industrial capitalista equivale a falar no conceito de crescimento econômico, que tem como *fim* a acumulação de capital, alimentado pelo modelo consumista da

sociedade moderna, utilizando como *meio* a exploração incessante dos recursos naturais, ampliação das desigualdades e da concentração de renda.

A teoria do desenvolvimento econômico nada mais é do que um modelo de acumulação de capital e um meio de ampliação do sistema capitalista financiada pela exploração de terras, rotas e recurso dos países periféricos. Apesar da crise das teorias desenvolvimentistas que foram de certa forma lentamente sufocadas pela teoria econômica do neoliberalismo (GAWORA, 2003, p.20), os princípios que guiam tal teoria continuam na pauta do dia.

O objetivo do neoliberalismo são mercados globais tão liberalizados quanto possível e o exemplo aqui é o mercado norte-americano. Isto implica para os países do sul, que imitar o modelo industrial e de consumo ocidental continua valendo.

Crescimento econômico conta aqui como desenvolvimento vitorioso: o conceito de desenvolvimento torna-se quase que um sinônimo de crescimento quantitativo, isto é, análogo a crescente consumo de energia e matéria-prima. (GAWORA, 2003, p.20)

Seus conceitos estão em constante reprodução no atual modelo econômico globalizado, isso porque tais conceitos são inerentes ao sistema econômico capitalista que cada vez mais se hegemoniza.

De fato, mesmo diante da crise conceitual do modelo teórico de desenvolvimento, a crítica de uma forte corrente “pós-desenvolvimentista” e “pós-moderna” e a fragmentação deste conceito a partir dos anos 70<sup>2</sup> (evento que não será tratado neste trabalho), pode-se dizer que algo se manteve inalterado nos discursos sobre desenvolvimento econômico. Os princípios essenciais do desenvolvimentismo sobreviveram. E se hoje há argumentos suficientes para decretar o fim do desenvolvimentismo, estes argumentos não valem para enterrar a noção de desenvolvimento econômico que tal modelo carregava. “Como pôde ser observado a partir do momento em que se consolidou o neoliberalismo, as questões relativas ao desenvolvimento não foram esquecidas...” (Bonente e Corrêa, 2009, p. 43).

---

<sup>2</sup>Com isso, novas dimensões foram sendo progressivamente incorporadas ao debate sobre desenvolvimento (...). A partir daí, já não bastava falar-se em “desenvolvimento”, que suporia a visão unilateral do desenvolvimento econômico (em termos de indústria e produto), mas seria preciso qualificar desenvolvimentos de campos específicos: o desenvolvimento sustentável, para tratar das questões ambientais; o desenvolvimento local, para tratar das disparidades regionais; propostas como aquela do Índice de Desenvolvimento Humano (o IDH, das Nações Unidas), que foi criado com o fim explícito de incorporar outras dimensões, e não apenas as econômicas, à noção de desenvolvimento. (Bonente e Corrêa, 2009, p.43)

Ao longo de todo esse processo, a distância que separa os países desenvolvidos dos demais foi considerada uma mera questão quantitativa. De fato, a mudança de nomenclatura – que, expressando um otimismo, transformou os países subdesenvolvidos em “países em desenvolvimento” – reforça a idéia de que se desenvolver é uma regra. Em outras palavras, (...) o desenvolvimento pleno permaneceu sendo entendido como o estágio último de uma escala evolutiva, acessível aos países que reunissem os requisitos necessários a esse passo. Foi sempre encarado, nesse sentido, como algo necessariamente positivo, um sinônimo para modernização (avanço) das condições econômicas, sociais, institucionais e culturais do país. (BONENTE e CORRÊA, 2009, p.43)

Conclui-se assim, que mesmo diante da decadência e da quebra de paradigmas em torno do conceito de desenvolvimento, a aplicação deste modelo é amplamente difundido e consolida sua hegemonia nos sistemas político e econômico de regiões tidas como subdesenvolvidas que é o caso da América Latina. No Brasil, este discurso tem sido aplicado pelo Estado e pela elite dominante através de corporações multinacionais e políticas do Estado que detêm o poder das decisões políticas e econômicas do país.

### **A exploração de recursos naturais não renováveis como uma política de desenvolvimento do “Brasil”**

O Brasil tem vivido nos últimos anos uma retomada às políticas de exportação e incentivo e investimento a grandes projetos de exploração de recursos naturais não renováveis. Esta política econômica tem sido motivada pelo atual contexto histórico mundial que consolida o sistema capitalista globalizado.

No atual momento histórico da conjuntura econômica mundial, o Brasil norteado por princípios neoliberais, consolida um modelo de desenvolvimento econômico, alicerçado em um conjunto de estratégias, que se estrutura através da abertura ao capital estrangeiro para a industrialização e o investimento na exportação de produtos primários e commodities. Este modelo tem como fim atender interesses privados de grandes empresas e bancos internacionais, e se concretiza na medida em que as intervenções do Estado brasileiro se voltam para atender os interesses dessa elite dominante.



O arranjo econômico brasileiro sofreu profundas transformações a partir dos anos 90, o país entrou em um novo ciclo de dependência. (...) A partir de então, ocorreu uma alteração significativa do padrão de interação dos capitais externos e internos. (...) Por aproximação, é possível apontar algumas características gerais da relação capital interno-externo e Estado: 1) Os investimentos brasileiros em transações especulativas e a aquisição de ações no exterior vêm mantendo uma tendência crescente, o que significa que os capitalistas brasileiros estão se “financeirizando”. 2) O governo brasileiro desde 2008, investe na criação de multinacionais brasileiras a partir de funções de grandes empresas e aporte de recursos do BNDES, este movimento dos capitalistas brasileiros esta predominantemente ligado aos ramos da construção civil, agronegócio e extração mineral. 3) O grande capital brasileiro continua concentrado em setores de commodities e setores industriais de apoio a produção deste tipo de mercadoria. (OTONI, p.7,8)

Para entender o atual modelo econômico do Brasil devemos compreender que o aumento da renda de uma comunidade resulta “de pelo menos três processos diferentes: a) o desenvolvimento econômico (...); b) a exploração de recursos naturais não renováveis; e c) a realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho” (FURTADO, 1974, p.97). Em consonância com a relação estabelecida entre capital interno-externo e Estado, que tange a realidade contemporânea da política econômica brasileira, Vainer (2010) argumenta que o Estado brasileiro é um estado burguês engajado e comprometido com o processo de produção capitalista e ele se torna hegemônico por uma coalizão de forças onde existe um quarteto que estrutura o poder da sociedade brasileira: o grande capital financeiro; o grande capital do agronegócio; o grande capital do setor minerário e energético associado a grandes empresas de obras públicas.

Aqui vamos nos ater ao processo de exploração dos recursos naturais não renováveis controlado pelo grande capital do setor energético e minerário, que nortear uma leitura analítica do discurso desenvolvimentista.

Como informa PORTO e MILANEZ, (2009) o Brasil aparece hoje como um dos principais países produtores de commodities do mundo. Atualmente o país se consolida como um dos maiores produtores de “mercadorias como a soja, o café, a laranja, a celulose, a carne bovina e de frango, o minério de ferro, o aço, o alumínio e o petróleo, além da tendência de crescimento de outras *commodities*, como os biocombustíveis.” (PORTO e MILANEZ, 2009, p.1986).

Dentro deste contexto, a produção de produtos de origem mineral como, por exemplo, o ferro, o alumínio e o aço, vêm a cada ano se intensificando e ampliando

cada vez mais, de forma a atrair investimentos de multinacionais para a exploração do minério. Neste sentido, tem sido observado que

nas últimas décadas, perante uma nova configuração territorial mundial, América Latina se transforma numa das regiões “escolhidas”, por representar uma reserva fundamental de recursos estratégicos como ser água, energia de origem fóssil (petróleo), minerais, e biodiversidade em geral. O modelo extrativo-exportador baseado na exploração de recursos naturais não-renováveis por parte de atores transnacionais e de seus sócios locais, vem adquirindo um papel cada vez mais importante na economia regional.(GIARRACA apud SCOTTO, 2011, p.3,4).

Diante dessa realidade a autora informa que o crescimento da demanda no mercado internacional, principalmente por parte das “chamadas economias asiáticas emergentes, combinado à presença de abundantes depósitos de minerais descobertos entre 1990 e 2000, converteram América Latina no destino de importantes investimentos dirigidos especialmente ao Peru, Chile e Brasil” (SCOTTO, 2011, p.4). Com o aumento da demanda por matéria prima de origem mineral no mercado internacional e a constatação do grande potencial de produção mineral da América latina

O extrativismo não para de crescer, afirma Gudynas. No caso dos países do Mercosul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), as exportações provenientes de minas e pedreiras passaram da ordem de 20 bilhões de dólares em 2004 para mais de 46 bilhões em 2007, de acordo com relatórios da CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe). Para Gudynas, o Brasil é um exemplo dessa tendência: no início da administração Lula, em 2003, as exportações provenientes de minas e pedreiras superavam os 6 bilhões de dólares, e subiram a mais de 21 bilhões de dólares, em 2007. Futuramente, estima-se que, até 2013, o Brasil duplicará a produção de alumínio e triplicará a de cobre. (SCOTTO, 2011, p.6).

Com base nesta leitura, compreendemos o contexto dos investimentos brasileiro em grandes projetos nas áreas de energia (de origem fóssil e hidrelétrica) e minério, tendo estes últimos se concentrado na extração e exportação de commodities, através de acordos de concessão com grandes multinacionais para a implantação de lavras de extração mineral. Cabe ressaltar que todos estes investimentos têm sido justificados com o discurso do desenvolvimento.

## **A ideologia do desenvolvimento como estratégia de manipulação no cenário brasileiro**

Pautada pelo discurso de progresso regional, Estado e corporações multinacionais no processo de implantação de projetos petrolífero, hidrelétrico e minerário vendem a idéia de que estes trarão desenvolvimento para regiões tidas como atrasadas, e com o controle dos meios de comunicação a grande maioria da população das regiões, alvo de tais empreendimentos, são conquistadas pelo discurso desenvolvimentista, fazendo vistas grossas para os impactos socioambientais, que são tidos como um mal necessário para o progresso da região. Nesse contexto, os “problemas ambientais e sociais são entendidos como meros problemas técnicos e administrativos, passíveis, portanto, de medidas mitigadoras e compensatórias” (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, P.12)

Via de regra estes grandes projetos são implementados sob o discurso do desenvolvimento para as regiões onde serão instalados, com a propaganda de que serão realizados grandes investimentos na infra-estrutura local, como saúde e educação além da geração de emprego e conseqüentemente a redução das desigualdades e a ampliação do bem estar social (BORTOLETO,2001). Neste contexto Vainer e Araujo (1992, p. 49), argumenta que com a decisão de implantação de um projeto de grande porte em determinada região, “...o discurso oficial vai embalar suas decisões na teoria dos pólos de desenvolvimento, na promessa de redução das desigualdades regionais, na propaganda de uma ilusória interiorização do crescimento”.

É nesse contexto desenvolvimentista, de se buscar um modelo capitalista urbano industrial e altamente consumista que se encontra no fim da escada, que países como o Brasil, hoje tido com emergente tem fechado os olhos para os impactos socioambientais causados por projetos de hidrelétricas e minerários em todo o país, com o discurso de que este é o caminho para pisar o último degrau e alcançar o “paraíso” em que se encontram os países desenvolvidos.

Porém, isso não pode levar a ocultar que apesar da diversidade, em todos os casos se repetem estratégias empresariais baseadas na competitividade, redução de custos, aumento da rentabilidade e persistência dos impactos sociais e ambientais. Dessa maneira, companhias como a PDVSA ou

Petrobrás acabam se comportando como velhas empresas transnacionais, afetando comunidades locais e seus ambientes. Isso indica que, para além da propriedade dos recursos e dos meios de produção, persistem as regras e funcionamentos dos processos produtivos clássicos baseados na lógica da lucratividade e da exteriorização dos impactos negativos. (SCOTTO, 2011, p.6 e7).

A partir da realidade em tela, “a “natureza” – considerada como realidade externa à sociedade e às relações sociais – foi convertida em uma simples variável a ser “manejada”, administrada e gerida, de modo a não impedir “o desenvolvimento”” (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005, P.12).

Guiados por esse paradigma desenvolvimentista, temos no Brasil vários exemplos de projetos de exploração petrolífera, mineral e de hidrelétricas que deixam profundas marcas nas regiões onde foram implantadas, com impactos socioeconômicos e ambientais negativos.

Vários estudos têm mostrado os impactos de grandes projetos de mineração sobre os povos rurais que habitam as áreas onde se localizam as minas de exploração, sendo estes os mais afetados pela atividade de extração. Wanderley (2008), que tomou a região amazônica como objeto de análise dos impactos promovidos pelas empresas mineradoras, informa que a exploração mineral vem deixando um legado de pobreza, impactos socioambientais e subdesenvolvimento nas áreas onde se instalaram. Por outro lado, Rothman (2007, p.373) lembra que, “a expansão da mineração ameaça o tipo de ocupação histórica da região pela agricultura familiar, suas formas de apropriação e uso material e simbólico do espaço”.

No entanto, estes projetos são difundidos sobre a égide do progresso e do desenvolvimento local, no entanto se observa ao invés da redução das desigualdades e ampliação do desenvolvimento social através da geração de empregos nas regiões afetadas, que depois da instalação de tais projetos há a sobreposição dos impactos negativos sobre os positivos, como a desestruturação de atividades preexistentes, o crescimento populacional desordenado, aumento da violência, desemprego e degradação ambiental.

## Considerações finais

Este artigo teve como objetivo, tecer uma análise crítica do modelo de desenvolvimento que é hegemônico na América Latina e em particular no Brasil. Procurando demonstrar seu caráter falacioso enquanto discurso de modelo ideal para promoção de equidade e bem estar social.

A guisa da apresentação, este procurou desconstruir o conceito de desenvolvimento econômico como um modelo eficaz de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Denunciou-se através de uma leitura crítica que deste modelo tende reproduz o desenvolvimento do subdesenvolvimento, com a ampliação das desigualdades e da concentração de renda.

Desta forma, foi demonstrado que mesmo com a crise da teoria do desenvolvimento a partir da década de 70, as noções de desenvolvimento econômico que esta carregava continuam na pauta do dia. Estas noções norteiam os discursos e políticas econômicas do Brasil e este modelo de desenvolvimento econômico está a serviço de um pequeno grupo que detém o poder econômico e político do país.

As narrativas engendradas aqui construíram um quadro analítico que nos permite interpretar o modelo de desenvolvimento econômico a partir de uma relação assimétrica e desigual entre centro e periferia, detentores do poder econômico e político e pobres, que tende a favorecer sempre os primeiros destas dicotomias. Desta forma buscou-se aqui desconstruir o conceito e o discurso político de desenvolvimento econômico tal como ele se apresenta hoje e demonstrar que as motivações de projetos de exploração mineral de cunho “crescentista”<sup>3</sup> implantados com o discurso desenvolvimentista na atual conjuntura dos países subdesenvolvidos e emergentes, em especial nesta análise o Brasil, tem como fim a realização de interesses privados e o comprometimento com o processo de produção capitalista ao invés de promover uma homogeneização do bem

---

<sup>3</sup> Termo cunhado por Vainer (2010) em substituição ao termo desenvolvimentista, uma crítica ao PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) entendendo que seus principais objetivos é o crescimento econômico e não o desenvolvimento, em Palestra realizada no Atingidos - I Encontro Sul-Americano de Populações Impactadas pelos Projetos Financiados pelo BNDES, realizado nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2010 no Rio de Janeiro.

estar social. Na realidade, estes ampliam as desigualdades e a concentração de renda, além de promover uma exploração incessante e predatória dos recursos naturais.

## Referências

BONENTE, Bianca Imbiriba; CORRÊA, Hugo Figueira. Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico. Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 35-56, maio 2009. Ensaio FEE. Disponível em: [revistas.fee.tche.br](http://revistas.fee.tche.br), acesso em: 16 jul. 2012.

BORTOLETO, Elaine Mundim. A implantação de Grandes hidrelétricas: Desenvolvimento, Discurso e impactos. GEOGRAFARES. Vitória, n. 2, jun. 2001. Disponível em: [www.maternatura.org.br/hidretricas/biblioteca](http://www.maternatura.org.br/hidretricas/biblioteca) acesso em: 20/07/2012.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra. 1974.

GOWAORA, Dieter. URUCU: Impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás “Urucu” no Estado do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2003.

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais. AMPOCS. São Pulo – SP, vol.22, n. 63. 2007. p. 7-10.

OTONI, P. Henrique de S.. Desenvolvimento e dependência: análise crítica do modelo Brasileiro e sua interação com a América Latina. Disponível em: [www.redu.org/DESOUZA.mesa5.pdf](http://www.redu.org/DESOUZA.mesa5.pdf), acesso em: 18/07/2012.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. In: Ciência & Saúde Coletiva, 14 (6): 2009, (pgs 1983-1994). Disponível em [www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/06.pdf), acesso em 23/08/2012.

RODRIGUES, Luciene. Argumentos: Dossiê Desenvolvimento Social. Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento. Montes Claros, MG. Editora Unimontes. V.3, n.1, dez de 2009. p.127-163.

ROTHMAN, Franklin Daniel. A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata: Articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar. In: ZHOURI, A; LASCHFSKI, K. (Orgs.) Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p.360-369.

SCOTTO, Gabriela. Estados nacionais, conflitos ambientais e Mineração na América Latina. 2011. Disponível em: [www.uff.br/ivspsr/images/Artigos/ST03/ST03.2%20Gabriela%20Scotto.pdf](http://www.uff.br/ivspsr/images/Artigos/ST03/ST03.2%20Gabriela%20Scotto.pdf), acesso em: 20/07/2012.

VAINER, Carlos B. Entrevista. Revista Proposta. n. 78 Setembro/Novembro de 1998. P. 40-47.

Disponível em [www.fase.org.br/comunicacao/pagina.php?id=452](http://www.fase.org.br/comunicacao/pagina.php?id=452) , acesso em: 18/07/2012.

\_\_\_\_\_. O papel do Brasil na construção do modelo de desenvolvimento em curso na América do Sul, 2010. Disponível em [www.plataformabndes.org.br/site/index.php/biblioteca/category/13-videos](http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/biblioteca/category/13-videos), acesso em: 19/07/2012 (Vídeo HTML5)

\_\_\_\_\_; ARAUJO, F. G. B. de. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008. disponível em [www.ppgg.igeo.ufrj.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=628&Itemid=50](http://www.ppgg.igeo.ufrj.br/index.php?option=com_content&task=view&id=628&Itemid=50), acesso em 23/08/2012.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B.. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. (org). A Insustentável Leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte:Autêntica, 2005. (pgs.11-24).